

Divida: reunião de emergência

No aniversário da moratória, os credores preparam reunião decisiva para o Brasil. Vão discutir amanhã o valor do novo empréstimo e o **spread** a ser cobrado. Outro ponto: como o País poderá receber um empréstimo-ponte para manter em dia os pagamentos de juros até julho?

MOISÉS RABINOVICI
Enviado especial

NOVA YORK — Um ano depois da moratória, hoje, os banqueiros internacionais estão preparando uma reunião de emergência para amanhã, em pleno domingo, quando decidirão dois pontos cruciais para um acordo de médio prazo com o Brasil: quanto emprestarão de dinheiro novo? E a qual o **spread**?

Há um outro ponto de discussão importante, revelado só ontem, mas que não será decidido nesta reunião extraordinária do comitê assessor dos bancos credores: como o Brasil poderá receber um empréstimo-ponte para manter em dia os pagamentos de juros no segundo trimestre de 1988? Se houver uma solução para o montante e o **spread** do pacote de médio prazo, o Brasil faz um pagamento de US\$ 580 milhões, saldando os juros atrasados de janeiro, e continua pagando fevereiro, que chegará a US\$ 200 milhões. Mas, depois, precisará de ajuda.

Hoje o ministro Maílson da Nóbrega. E não vai trabalhar, e não porque seja aniversário da moratória, mas porque está mesmo cansado. Ele também passará esta noite num avião, voando de volta para o Brasil. Vai conhecer os resultados da reunião de urgência que armou entre os banqueiros quando já estiverem em seu gabinete, em Brasília.

Os sinais da impaciência brasileira começaram a ser percebidos quando o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, dizia a alguns repórteres, num corredor do Hotel Intercontinental: "Não fico até o fim da semana que vem aqui em Nova York". E comentava que já tinha ficado muito tempo. Per-

guntou-se a ele, então, se seria o diretor da área de dívida externa do BC, Antonio de Pádua Seixas, quem ficaria conduzindo as negociações. Pádua, que ouvia a conversa, interrompeu, avisando que também voltaria para o Brasil para um tratamento dentário. Negociações suspensas?

Milliet evitou confirmar, procurou outro verbo mais adequado, mas, não encontrando, disse: "É normal que as reuniões de vez em quando parem". Só que neste caso, uma parada significa adiar uma solução, vencer mais juros, solidificar um impasse.

Enquanto Milliet e Seixas indicavam que as negociações podem ter um limite por parte do Brasil, o ministro Maílson da Nóbrega almoçava salada de peito de pato com **Blueberry**, uma frutinha silvestre obtida por cruzamento nos Estados Unidos. O prato principal foi filé de peixe com ervas. A sobremesa, torta de maçã e sorvete de mel. Os convidados eram os maiores banqueiros dos Estados Unidos.

A reunião pode ser considerada uma raridade. Difícilmente se conseguiria reunir este grupo outra vez, como comentavam alguns banqueiros. Na lista, John Reed, do Citicorp; Preston Lewis, John McGillicuddy, do Manufacturers Hannover; Thomas Johnson, do Chemical; Charles Sunford, do Bankers Trust; Robert Frick, do Bank of America, e Thomas Labecque, do Chase Manhattan. Havia mais três banqueiros, a nível de vice-presidência: William Rhodes, do Citibank e presidente do comitê assessor dos bancos credores; Michael Hunter, do Lloyds, que em geral representa os



Reuters — 15/02/88

Maílson: 'conversa franca' com os maiores banqueiros

credores europeus nas negociações, e Layton Coleman, do Morgan.

"PASSO IMPORTANTE"

O ministro Maílson da Nóbrega achou que a reunião com os **chairmen** dos maiores credores do Brasil foi "o passo mais importante" de sua visita aos Estados Unidos. "Há muito tempo não se conseguia reunir numa mesa pessoas do nível das que foram ao almoço", afirmou, ao iniciar uma entrevista coletiva à imprensa, no Banco do Brasil, na 5ª Avenida.

"Mas, ministro, quais foram os resultados concretos?

"Resultado concreto: todos se comprometeram a trabalhar rapidamente para que alcancemos um acordo o mais rapidamente possível." O ministro repetiu, então, que o que faltam são o montante de dinheiro novo que será dado pelos bancos no acordo de médio prazo (os credores propuseram 5 bilhões de dólares, incluindo os três que já se comprometeram a dar no acordo provisório assinado em dezembro, enquanto o Brasil pedia cerca de 7 bilhões e baixou para 6,6 bilhões) e o **spread** (14/16 avos, ou 0,875, oferecido pelos bancos, mas o Brasil quer algo menor).

O ministro Maílson da Nóbrega já tinha a confirmação de que a convocação para a reunião extraordinária de amanhã tinha sido feita: "Bill Rhodes me disse que todos estão vindo". Mas ele não sabia dizer se viriam também os credores árabes e japoneses, ou se bastariam os representantes que mantêm em Nova York. Um repórter lhe perguntou se Milliet e Seixas estavam mostrando que há limites para o tempo de negociações, que já completaram cinco meses, desde que os princípios do Brasil foram fixados, em Washington, ainda pelo ex-assessor Fernão Bracher.

"Uma coisa que todo banqueiro sabe fazer é prolongar reunião. Agora, se convenceram de que o Brasil está mesmo a fim." O ministro não se lembrou do aniversário da moratória, mas falou dela: "Só será formalmente suspensa quando chegarmos ao texto do acordo". Ele ainda repetiu que "o que o Brasil está buscando é a normalização de suas relações com a comunidade financeira, preservando e incrementando o nível de recursos".